



**LEITURAS TERRITORIAIS PARA AÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL EM
TERRITÓRIOS INTERIOANOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE CURSO DE CAPACITAÇÃO
NO NORTE DE MINAS GERAIS**

**LECTURAS TERRITORIALES PARA LA ACCIÓN DE LA VIGILANCIA SOCIOASSISTENCIAL
EN TERRITORIOS DEL INTERIOR: RELATO DE EXPERIENCIA DE CURSO DE
CAPACITACIÓN EN EL NORTE DE MINAS GERAIS**

Alessandra de Sant'Anna¹
Patricia Zandonade²
Maria Zanin³
Danilo Malta Ferreira⁴

Resumo: O artigo discute o processo de apropriação da vigilância socioassistencial por municípios pequenos do norte de Minas Gerais, a partir de uma ação de extensão universitária desenvolvida durante o segundo semestre de 2022. Para isso, o artigo resgata a trajetória da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a emergência do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Nele a Vigilância Socioassistencial se aproxima das leituras territoriais como linha de base para compreensão das dinâmicas e fluxos que se apresentam no cotidiano das equipes. Neste movimento, o Diagnóstico Socioterritorial ultrapassa a sua função como instrumento para converter-se em eixo estruturante e fundamento para a qualidade, democratização e territorialização, não apenas desta política pública, mas das demais políticas socioassistenciais, ainda

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ), Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento na América Latina pela Universidade Federal da Integração Latinoamericana (PPGPPD/ILAESP/UNILA), doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGPUR/IPPUR/UFRJ). Membro do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN/IPPUR/UFRJ) e do grupo de pesquisa CNPq TIPPA- Territórios Interioranos, Paisagens e Povos na América Latina (UNILA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4762-7022>. E-mail: alessandradesantanna@gmail.com

² Arquiteta e Urbanista. Doutora em Energia pela UFABC, na linha Ambiente e Sociedade e Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas na FAU USP. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), e da Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento na América Latina (UNILA). Integrante do do grupo de pesquisa CNPq TIPPA- Territórios Interioranos, Paisagens e Povos na América Latina (UNILA). <https://orcid.org/0000-0002-6855-7898>. Email: patricia.zandonade@unila.edu.br

³ Docente sênior da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e do Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFSCar, integrante do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da UFSCar. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5757-2910>. E-mail: mariazanin55@gmail.com.

⁴ Engenheiro Civil com ênfase em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mestre e doutor em Engenharia Urbana pela UFSCar. Pós-doutorando do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da UFSCar. Docente do curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0365-3598>. E-mail: danimalta@facef.br

Artigo submetido em: 05 de maio de 2023.

Artigo aceito em: 18 de agosto de 2023.

p. 280-301. DOI: <https://doi.org/10.46551/rss202415>

que não consolidadas nas ações locais, sobretudo em municípios pequenos e interioranos no Brasil. Neste sentido, o artigo apresenta uma reflexão e sistematização dos conhecimentos desenvolvidos junto às pessoas que participaram da capacitação durante a ação da extensão universitária, bem como destaca alguns resultados dos desafios identificados no desenho, implantação e execução do eixo de Vigilância Socioassistencial nas políticas locais de municípios de pequeno porte. Espera-se que esta identificação possa colaborar para o amadurecimento das políticas locais socioassistenciais brasileiras em contextos interioranos.

Palavras-chave: Vigilância Socioassistencial. Leituras Territoriais. PNAS. Municípios Pequenos e Médio. Políticas Públicas.

Resumen: El artículo analiza el proceso de apropiación de la vigilancia socioasistencial por parte de pequeñas municipalidades del norte de Minas Gerais, a partir de una acción de extensión universitaria desarrollada durante el segundo semestre de 2022. Para ello, el artículo rescata la trayectoria de la Política Nacional de Asistencia Social (PNAS) y el surgimiento del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS). En él, la Vigilancia Socioterritorial aborda las lecturas territoriales como línea base para comprender las dinámicas y flujos que aparecen en el cotidiano de los equipos. En este movimiento, el Diagnóstico Socioterritorial va más allá de su función como instrumento para convertirse en eje estructurante y fundamento para la calidad, democratización y territorialización no sólo de esta política pública, sino de otras políticas socioasistenciales, aunque no consolidadas en acciones locales, especialmente en municipios pequeños y rurales de Brasil.

En este sentido, el artículo presenta una reflexión y sistematización de los conocimientos desarrollados con las personas que participaron en la formación durante la acción de extensión universitaria, además de destacar algunos de los resultados de los desafíos identificados en el diseño, implementación y ejecución del eje de Vigilancia Socioasistencial en las políticas locales de pequeños municipios. Se espera que esta identificación pueda contribuir a la maduración de las políticas locales de asistencia social brasileñas en contextos de interior.

Palabras clave: Vigilancia Socio asistencial. Lecturas del Territorio. PNAS. Municipalidades Pequeñas y Medianas. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2022, no final do período de pandemia, desenvolveu-se uma ação de extensão universitária intitulada "Formação em leituras territoriais para políticas públicas locais". A ação foi aprovada pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e executada por equipe multidisciplinar interinstitucional, ligada aos grupos Territórios Interioranos, Paisagens e Povos na América Latina (TIPPA), sediado na mesma universidade, e o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar), São Carlos, SP. A ação se caracteriza por um curso de capacitação, partindo de demanda feita por um grupo de gestoras nas políticas de assistência social em municípios do Norte de Minas Gerais,

junto à equipe de assessoria contratada para subsidiar o processo de implementação da Vigilância Assistencial nestas localidades. A capacitação se voltou para profissionais das municipalidades no sentido de instrumentalizar e subsidiar o desenvolvimento do Diagnóstico Socioterritorial, integrante das atribuições do eixo de Vigilância Socioassistencial. Foi focada especialmente em contextos interioranos, pequenas localidades e povos tradicionais, superando, no contexto universitário, a predominância das reflexões focadas em metrópoles ou grandes aglomerados populacionais. Uma das premissas foi a incorporação da leitura dos saberes e potencialidades dos territórios além dos seus problemas e carências. É importante ainda o debate e o reconhecimento da necessidade de territorialização efetiva das políticas públicas, já descrita e demandada em seus marcos legais e tão longe das realidades.

As equipes universitárias executoras partem da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e também do compromisso e papel das universidades públicas com as demandas de territórios diversos e multiculturais. Partem também da compreensão do contexto do Norte de Minas onde o extrativismo econômico, ligado ao mercado global de matérias primas, está em franco processo de apropriação e alteração das paisagens e dos modos de vida de seus povos. Assim, entende-se a necessidade de leituras territoriais comprometidas com as populações locais em suas demandas, em seus modos de vida, e na resistência a novas e velhas formas de expropriação e exploração degradantes de seus territórios e culturas locais.

Neste sentido, este texto reflete, desenvolve e sistematiza os conhecimentos desenvolvidos junto às pessoas que participaram da capacitação. Como metodologia para o desenvolvimento do texto, vamos fazer a primeira abordagem com uma breve apresentação do SUAS com seus níveis de proteção social, seus princípios e diretrizes – destacando a vigilância socioassistencial, o foco da ação desenvolvida. Esta apresentação se faz necessária para o entendimento comum da política e suas ferramentas. Em seguida, vamos descrever a capacitação – baseada em pedagogias participantes e de educação popular – em seu contexto de projeto de extensão universitário com equipe multidisciplinar e no território da ação. Finalmente, vamos pontuar as principais reflexões geradas a partir da experiência, a partir de um contexto de ação universitária, debatendo os desafios identificados frente à realidade territorial interiorana e o contexto da política local e nacional de assistência social.

OLHAR SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Quando consultamos a palavra assistência, no Dicionário Online, encontramos duas definições que parecem ser importantes neste trabalho. A primeira delas, faz referência à *"ação de assistir, de estar presente; presença"*. Como um desdobramento da primeira, temos *"ação de ajudar, de dar auxílio: deve-se assistência aos infelizes"*. Isso indica que, mesmo hoje, é preciso marcar com propriedade o lugar da assistência social no Brasil e estabelecer os contornos necessários para que ela seja compreendida no conjunto do projeto de sociedade defendido pelos assistentes e por outras categorias, que adotam uma perspectiva crítica para o seu fazer cotidiano.

Um primeiro aspecto a considerar então, é que do ponto de vista das redes de solidariedade e cuidado humano, a ação de ajuda e de apoio sempre existiu, acontecendo a sociedade moderna, tal como a conhecemos hoje (Mestriner, 2005). Se vincula, muito fortemente, à Igreja Católica que constrói a sua base de poder, não apenas em razão do controle de subjetividades que orientam a moralidade das sociedades, mas de ações de disciplinamento dos corpos e subjetividades e insurgências periféricas.

Com a expansão do capitalismo e a ampliação da questão social enquanto face externa da composição e desenvolvimento do proletariado em uma dinâmica de produção que tem em sua base a produção de desigualdade (Iamamoto e Carvalho, 2006; Netto, 2001; 2011; Netto e Braz, 2011; Sposati, 2009; Martinelli, 1997) temos uma massa de desvalidos que passam a ser alcançados pela ação caritativa e dogmática da Igreja que encontrou nas experiências de Itália e França, um caminho viável para resgatar o seu poder, que estava em declínio em razão do avanço do protestantismo na Europa e da transição do Estado Absolutista para o Estado Moderno (Aguiar, 2011).

Assim, do ponto de vista da desigualdade, Yazbek (2012) destaca que ela é construída e reproduzida nos planos social, político, econômico e cultural colocando o pobre, ou definindo o seu lugar, na periferia da sociedade. Desde aí, conseguimos perceber que a oferta da assistência social, como mecanismo de solidariedade e expiação, não consegue se sobrepor

ao vetor da desigualdade e da pobreza: um modelo de desenvolvimento econômico orientado para a acumulação.

As primeiras regulações da assistência social, enquanto ação política, ocorreram no Brasil durante o período Getulista, em 1938. Segundo Mestriner (2005), o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) é instituído enquanto um colegiado que se vinculava aos Ministérios da Educação e da Saúde e, por meio dele, a elite cultural e filantrópica brasileira praticava suas ações de benemerência. Mesmo vinculada à esfera estatal, mantinham-se os referenciais da Igreja Católica no conjunto das ações, o que significa dizer, que não havia qualquer interesse em superar a ordem vigente e as desigualdades que ela produzia.

Frente à necessidade de oferecer suporte às famílias dos pracinhas que lutavam na II Guerra Mundial, Darcy Vargas foi a idealizadora e, em 1942, é instituída, por meio do Decreto Lei nº 4.830, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) vinculada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, como um órgão de cooperação do Estado na oferta dos serviços de assistência social bem como um espaço de consulta para as outras organizações/associações que tinham o mesmo objeto de atuação. Segundo Mestriner (2005), a base suas ações combinam religião, filantropia e assistencialismo como uma dinâmica que se estende no período Pós Guerra passando a atender às famílias necessitadas de forma mais abrangente. A partir de 1969, já na Ditadura Militar, a LBA se vincula ao Ministério de Trabalho e Previdência Social, ao mesmo tempo em que é convertida em Fundação que atua em consonância com a Secretaria de Assistência Social. Anos depois, a LBA é abrangida pelo Ministério de Assistência e Previdência Social por meio do Decreto Lei nº 6.439/1977 e, em 1990, o artigo 252 do Decreto nº 99.244 a subordina ao Ministério da Ação Social. Sobre a forma da assistência social neste período, marcada pela filantropia e assistencialismo, a LBA foi um lugar socialmente aceito para o exercício público das primeiras-damas do país. Além de garantir o apoio dos eleitores para os governantes, o primeiro damismo e sua vinculação com a assistência social reforça o papel da mulher na esfera do cuidado, da bondade, da generosidade e no amor ao próximo. De acordo com Torres (2002, p. 2), "as primeiras-damas vão se colocando na esfera pública como sujeitos políticos de decisão e gestão, revelando grande potencial de liderança e poder de persuasão junto aos sujeitos sociais com quem

travam relações". A LBA foi desativada em 1995, após um grande escândalo, envolvendo a então primeira-dama do país, Rosane Collor de Melo.

Percebam que em 1990, a LBA ainda é objeto das intervenções do Estado brasileiro e não fosse o desvio de verbas absurdas que culmina com a sua extinção, poderia, ainda, hoje, estar a serviço das camadas de poder, em razão de sua utilidade política. A assistência social é um espaço de disputa, em razão do paternalismo que marcou a formação social e política do Brasil. Mesmo constituindo-se como política pública e tripé da Seguridade Social, como regula o art. 194 da Constituição Federal de 1988, os territórios ainda mantêm a assistência social como instrumento eleitoreiro, destituída da dimensão dos direitos sociais e, seus agentes, são vistos como dóceis e generosos, o que retira dela a dimensão de trabalho e que passa a requerer um conjunto de cuidados dos operadores desta política pública. A Constituição Federal de 1988 é conhecida como Constituição Cidadã, pelo conjunto de direitos, garantias e proteções que carrega em seu texto. A assistência social passou a integrar a Seguridade Social o que evidencia seu papel como direito social e uma política pública, não contributiva, de caráter universal, destinado a todos que dela necessitar. Em seus objetivos, descreve o público desta política pública (objetivos I ao IV), prevê a existência de uma renda mínima, destinada à idosos e pessoas com deficiência que, além de não possuírem os meios necessários para garantir a sua reprodução material, também não encontram em seu grupo familiar esse tipo de proteção (objetivo V) e inscreve a dimensão comunitária no conjunto das ações de redução e combate a pobreza e extrema pobreza (objetivo VI).

Outro aspecto importante diz respeito à oferta da assistência social por meio de ações públicas, ou seja, de responsabilidade do Estado, no conjunto das ofertas governamentais, disciplinando a sua fonte de custeio e estabelecendo diretrizes para a sua operação. A dimensão sistêmica da política é descentralizada politicamente, indicando os papéis de União, Estados e Municípios, chamando para perto o conjunto de entidades cujo objeto de trabalho é a assistência social. Salienta o caráter popular da política, reconhecendo a participação e representação das pessoas tanto na formulação quanto no controle da política. Por fim, estabelece as bases de financiamento desta política.

O SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: EMERGÊNCIA, OBJETIVOS E DIRETRIZES EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I

Entre a constituição da assistência social como política pública e a organização do SUAS, tal como o conhecemos hoje, foi uma longa jornada (Sposati, 2005). O texto constitucional somente ganhou um primeiro mecanismo de operação, em 1993, com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). De acordo com Yazbek (2003), o caráter estatal das ações, o reconhecimento do caráter público e coletivo da pobreza bem como a necessidade de promover integração entre as esferas econômica e social, converte a assistência em um instrumento de enfrentamento aos riscos e vulnerabilidades sociais que a população experimentava. Apenas em 2004, onze anos depois da LOAS e dezesseis anos depois do texto constitucional, temos a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o espaço em que se gesta o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e onde se inaugura uma nova abordagem para o trabalho Social com Famílias.

O texto da PNAS se organiza a partir da discussão e espacialização da pobreza e da desigualdade, o que confere de forma muito natural, a centralidade do território no conjunto de suas ações, ao que podemos dizer que a PNAS tem uma fundamentação socioterritorial e desde ela e para ela que se organizam o conjunto dos bens, serviços e se distribuem os equipamentos socioassistenciais. Há, no texto do documento, uma análise situacional que permite classificar os municípios, em cinco grandes grupos mais comumente utilizados: (a) Municípios pequenos 1: com população até 20.000 habitantes; (b) Municípios pequenos 2: com população entre 20.001 a 50.000 habitantes; (c) Municípios médios: com população entre 50.001 a 100.000 habitantes; (d) Municípios grandes: com população entre 100.001 a 900.000 habitantes; (e) Metrôpoles: com população superior a 900.000 habitantes.

Ao se reconhecer como política descentralizada política e administrativamente, a PNAS permite que “o chão onde se encontram e se movimentam setores e segmentos faz diferença no manejo da própria política, significando considerar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração” (Brasil, 2004, p. 14), o que passa a requerer da assistência social uma política pública organizada por redes de proteção social (Acosta e Vitale, 2015). A proteção social se afiança a partir de um conjunto de seguranças: de sobrevivência – que envolve rendimento

e autonomia –; de acolhida – que está inscrita no campo das necessidades humanas –, e de convívio (ou vivência familiar).

Seguindo o contido na LOAS, a PNAS adota como princípios: (a) a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica, o que coloca ou deveria colocar as pessoas acima do mercado e por este motivo, são objeto da preocupação precípua do Estado; (b) a universalização dos direitos sociais como meio de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas, o que requer das equipes um esforço para a oferta de ações e serviços integrados, uma abordagem interdisciplinar no campo dos diferentes tipos de conhecimento e intersetorial, no que se refere às políticas públicas, sejam compensatórias ou estruturais; (c) o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, sendo proibida toda e qualquer situação que venha a envergonhar ou constranger as pessoas – sob este aspecto evidencia-se um fazer profissional destituído de pré-conceitos ou suposições apriorísticas; (d) do mesmo modo, viabilizar a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; e, por fim, (e) viabilizar o acesso da população ao conjunto de bens, serviços e equipamentos públicos disponíveis bem como os critérios para acesso e concessão. Do mesmo modo, a PNAS segue o disposto na LOAS e no texto Constitucional ao defender as suas diretrizes acrescido da primazia do Estado no que se refere à responsabilidade pela condução da política nas esferas de governo, ou seja, a presença de secretarias municipais (escala local) e estaduais (escala regional) de assistência social que se reportam ao Ministério Desenvolvimento Social (escala nacional). A territorialização desta política parte da necessidade de operacionalizar a PNAS e requer uma capacidade de integração e articulação bastante acentuada, porque requer que cada uma das partes consiga adotar um ponto comum, que neste caso, entendemos ser a base territorial. Ao adotarmos o território com um espaço complexo, que requer diferentes saberes, vivências e práticas, temos a direção para a produção de um saber comum, em que todos são agentes e o território, o principal protagonista. Neste sentido, a quebra de paradigmas, especialmente no que se refere ao “saber-poder”, é um importante caminho para a superação da focalização, fragmentação e segmentação que caracterizam a trajetória da assistência social.

Outro aspecto importante é a centralidade na família, que se converte em métrica assistencial, seja para a concepção e/ou implementação dos serviços, projetos, programas, planos e benefícios. A família, segundo Sarti *et. al.* (2015), deve ser tomada em sua singularidade, levando em conta os processos de construção individual e coletiva que envolve os seus membros, seus discursos e a percepção de si e do outro. Este arcabouço conforma a realidade vivida como produto da soma de ordenamentos objetivos e subjetivos, construídos na interlocução com a cultura e a identidade de seus agentes. É na escala local, ou no nível das ações cotidianas que se manifestam a pobreza e a desigualdade como múltiplas expressões da questão social. A diversidade de situações de vulnerabilidade a que as famílias estão sujeitas, organiza o conjunto de proteções ofertadas pelo SUAS: a proteção social básica; e a proteção social especial, de média e alta complexidade. Na Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ilustra os níveis, os equipamentos e os serviços ofertados para garantias dessas proteções.

O LUGAR DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA PNAS

Sendo Função da Assistência Social, como política pública, e objetivo da LOAS, a Vigilância Socioassistencial é um dos eixos estruturantes do SUAS, ao lado da proteção social e da defesa de direitos. O Eixo de Vigilância Socioassistencial desenhado e delimitado na PNAS, e antes disso na Constituição Federal (artigos 203 e 204), pode ser entendido como o responsável pela produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, cuja finalidade é o embasamento das ações da PNAS, em um dado território. Tem uma capacidade tanto preditiva quanto projetiva desta política pública em articulação com as demais políticas sociais como educação, saúde, cultura, habitação e com o conjunto dos direitos humanos. De acordo com a Norma Operacional Básica (NOB) do SUAS, a Vigilância Socioassistencial se organiza em duas outras bases de sustentação (BRASIL, 2012). Uma responsável pela leitura das situações de vulnerabilidade e risco social das pessoas e famílias bem como a identificação das situações de violação de direitos no território. E, a outra encarregada da análise dos serviços ofertados pela rede socioassistencial em sua qualidade e alcance (ou cobertura).

Um marco inicial para compreender as competências e atribuições da Vigilância Socioassistencial parte da compreensão de que ela é ponto de partida, na medida em que produz leituras e entendimentos sobre as problemáticas territoriais em sua relação com as pessoas, família e com a comunidade, em si. É uma atividade meio (ou de integração) porque se encarrega da mediação no processo de comunicação entre os entes federativos, e deriva daí a necessidade de possuir uma visão escalar, dos problemas, dos recursos e das normativas e ser uma alimentadora no processo de tomada de decisão pelos gestores públicos. Por fim, a Vigilância Socioassistencial é também ponto de chegada, pois avalia o conjunto dos bens e serviços socioassistenciais. A PNAS, descreve como o conjunto de atribuições deste eixo:

- (a) desenvolver e atualizar frequentemente o Diagnóstico Socioterritorial;
- (b) colaborar com as ações de proteção social básica e especial na elaboração de planos e diagnósticos;
- (c) colaborar no planejamento das atividades relacionadas ao Cadastro Único (CadÚnico) e realizar a gestão e o Cadastro Nacional do SUAS (CadSUAS);
- (d) construir mapas de vulnerabilidade social nos territórios e fazer a leitura das populações vulneráveis como estimativa da demanda pelos serviços de assistência social;
- (e) responsabilizar-se pela alimentação mensal do Sistema de Registro dos Atendimentos do SUAS;
- (f) coordenar o Censo SUAS de realização anual;
- (g) disponibilizar para a gestão e para o Controle Social as informações sobre a rede socioassistencial e sobre seus atendimentos e serviços, como forma de fiscalização e controle social;
- (h) disponibilizar para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e aos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) as informações e indicadores territorializados;
- (i) usar os cadastros e bases de dados e sistemas de informações dos programas de transferência de renda e benefícios como instrumento de identificação de demandas para serviços socioassistenciais;
- (j) planejar, orientar e coordenar busca ativa feita pelo CRAS e CREAS;
- (k) monitorar o cumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família;
- (l) ser responsável pelo sistema de notificações em eventos de violação de direitos;
- (m) estabelecer junto às demais áreas técnicas padrões de referência para avaliação da qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial e monitorá-los por meio de indicadores;
- (n) coordenar em nível municipal, de forma articulada com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial da Secretaria, as atividades de monitoramento da rede socioassistencial pública e privada de acordo com os padrões de referência;
- (o) estabelecer articulações intersetoriais, com outras pastas e setores, para ampliar o conhecimento sobre os riscos e vulnerabilidades que afetam as famílias e indivíduos nos territórios.

A partir desse conjunto de atribuições fica evidente a importância das leituras territoriais nos processos de produção, sistematização e análise de informações territorializadas as quais vão dar contorno ou evidenciar o conjunto das vulnerabilidades e riscos sociais presentes no cotidiano das pessoas, suas famílias e a comunidade. A capacidade de apreender estas manifestações territoriais (em quantidade e em qualidade) orientam os padrões de ofertas e serviços e benefícios socioassistenciais. O que se evidencia, então, é que a Vigilância Socioassistencial possui uma dupla dimensão, interna e externa. A dimensão interna se relaciona com a capacidade responsiva (em recursos e capacidades estatais) do ente federativo (municípios, estados e União) e uma segunda, de natureza externa que se vincula à resposta ao cidadão no campo da Gestão Social do Território, que compreende não apenas a identificação e a caracterização dos problemas públicos e das demandas, mas também como a oferta de ações poderá produzir os melhores efeitos sobre os níveis de desenvolvimento humano e social das pessoas que ali vivem, transitam e usam. A partir disso, três das atribuições da Vigilância Socioassistencial revelam seu potencial enquanto espaço de ação dos agentes planejadores do território e espaço privilegiado para os debates no campo do planejamento das cidades e territórios. Primeiro, a Vigilância Socioassistencial precisa enxergar formas e conteúdo da vida cotidiana das pessoas, famílias e comunidades nos territórios. A ela cabe saber quem são e onde estão as pessoas, famílias e grupos, bem como a identificação e mapeamento dos riscos e vulnerabilidades a que estão sujeitos. Segundo, a Vigilância Socioassistencial precisa saber quanto e como o Estado intervém sobre riscos e vulnerabilidades por meio da oferta de serviços e benefícios no conjunto das políticas sociais que estão em operação. Neste mesmo exercício acompanha o potencial de movimento da sociedade civil em sua intervenção sobre os problemas sociais do território. Por fim, ao mensurar a qualidade da assistência social no território, a Vigilância Socioassistencial guarda um potencial de planejamento territorial importante quando se tem como horizonte a salvaguarda dos direitos e garantias das pessoas, famílias e comunidades.

O PROJETO DE EXTENSÃO 'LEITURAS TERRITORIAIS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS'

Como uma das integrantes da equipe de assessoria técnica contratada para reestruturar o eixo de Vigilância é egressa do Programa de Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento, na UNILA, e integrante ativa no grupo de pesquisa TIPPA, a demanda foi trazida e discutida no grupo. A solicitação dos municípios foi para que o grupo TIPPA, em conjunto com pesquisadores do NuMI-EcoSol/UFSCar, pudessem oferecer encontros virtuais para a formação em Leituras Territoriais Participativas e Economias Solidárias e Plurais, focada em contextos interioranos, pequenas localidades e povos tradicionais. Mesmo sabendo ser um grande desafio, as equipes universitárias aceitaram o convite e encamparam a demanda. Esta capacitação – focada em leituras territoriais – teve a finalidade de subsidiar a reestruturação das políticas locais para a implementação do eixo de Vigilância Socioassistencial dentro das suas políticas locais de assistência social. Foi importante, sobretudo, no sentido da territorialização das ações, em especial o desenvolvimento do Diagnóstico Socioterritorial, de responsabilidade da Vigilância. A capacitação foi demandada para se inserir como um parte integrante de uma sequência de formação já em andamento, oferecida para gestoras e servidoras públicas de 13 (treze) municípios de pequeno e médio portes localizados no norte de Minas Gerais, nas Regiões de Salinas e Montes Claros. Como características comuns a estes territórios está a instalação de um grande projeto de mineração, a presença de comunidades e povos tradicionais (quilombolas, indígenas e ribeirinhos) os quais necessitam de um olhar sensível e, ao mesmo tempo, acurado das políticas sociais, inclusive da PNAS. Soma-se a isso, características ambientais específicas da transição entre Cerrado e Caatinga. Todos os municípios, por um próprio incentivo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE). A ação foi submetida à UNILA e aprovada como Projeto de Extensão de Curta Duração, cadastrado como *CRO45-2022 Formação em leituras territoriais para políticas públicas locais*, discutindo leituras territoriais participativas como ferramentas para o eixo de Vigilância Socioassistencial e debatendo as possibilidades e potencialidades dos territórios para o seu desenvolvimento baseado na sua diversidade cultural, modos de vida e preservação ambiental. Também como ferramenta para a busca da solução dos seus problemas, com base nos princípios da economia solidária e sua potencialidade para a inclusão social e produtiva.

AS EQUIPES PARTICIPANTES

O curso foi organizado incluindo docentes do curso de Políticas Públicas e Desenvolvimento na UNILA e de docentes e discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo, Administração Pública e Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, da UNILA, todos integrantes do grupo de pesquisa TIPPA, e também de docentes de outra universidade federal em rede, a UFSCar, a partir do NuMI-EcoSol, onde uma das integrantes do TIPPA desenvolvia seu pós-doutorado durante a ação. Foi desenvolvido como capacitação profissional a partir de encontros virtuais semanais de 3 horas nos meses de setembro a novembro de 2022 e se constituiu em uma importante oportunidade de ensino-aprendizagem para a comunidade externa atuante nas políticas públicas locais e também para a comunidade acadêmica em rede, trocando saberes entre comunidades, universidades e gestores públicos a partir das realidades interioranas desta região do norte de Minas Gerais.

METODOLOGIA ADOTADA NA CAPACITAÇÃO E IMPACTOS DA AÇÃO

A metodologia adotada foi baseada em pedagogias participantes e de educação popular, tendo como objetivo a partilha de saberes e a discussão de temas sobre leituras territoriais e ambientais que fizessem sentido para as participantes. Como equipe remota, as pessoas da equipe universitária atuaram no sentido de facilitação de debates, problematização e levantamento de questões, possibilidades de aprendizagem e oferta de ferramentas, criação de redes de colaboração entre as profissionais locais de assistência social. A proposta foi o diálogo e o compartilhamento do conhecimento, em um processo participativo e colaborativo. A capacitação teve como foco colaborar no processo de reestruturação e implantação do eixo de Vigilância Socioassistencial por meio do diálogo sobre leituras territoriais, territorialização de políticas públicas e incorporação dos princípios da economia solidária como potencial de inclusão produtiva e combate das vulnerabilidades. Adotou como objetivo programático a capacitação das trabalhadoras da assistência social dos municípios para o desenvolvimento e aprimoramento das ferramentas de leitura e diagnóstico socioassistencial, a partir de um programa estruturado em 2 (duas) partes e 6 (seis) módulos e como culminância um trabalho final.

Primeira Parte: Conhecer e partilhar a realidade no território: Leituras Territoriais Participativas

Módulo 1 - Conhecendo as territorialidades, o território e as partes e comunidades que o compõem

Módulo 2 - Leituras socioterritoriais participativas, o que é e qual sua importância

Módulo 3 - Histórias de vida: pessoas e cotidiano como lugar de leitura do território

Segunda Parte: Conhecer o potencial do território: economias solidárias, melhoria da vida e do ambiente

Módulo 4 - Mapeamento participativo: as potencialidades comunitárias do território

Módulo 5 - Identificando pessoas, comunidades, redes, instituições e pontos potenciais para economias solidárias e melhoria da vida

Módulo 6 - Organização de leituras e apontamentos para uma política territorializada
Trabalho final a ser apresentado

Proposta de procedimentos e ação para leitura socioterritorial de uma parte do território abrangido

Ao incorporar essas temáticas em seu processo de trabalho, é possível que as equipes de profissionais que trabalham diretamente nas políticas locais consigam fazer com que os diagnósticos e estudos socioterritoriais ultrapassem a simples sistematização e organização de informações do município e se fortaleçam como instrumentos ainda mais estratégicos. Aumenta assim a capacidade de embasar os processos de tomada de decisão da gestão pública e de compreensão da realidade de seu território.

O resultado da capacitação pode ser observado no momento do retorno das equipes de profissionais ao final do curso. Os relatos indicam que a capacitação para a leitura territorial mudou a forma das profissionais olharem os seus territórios de trabalho. A partir das discussões realizadas no curso foi possível também, identificar impactos da ação pois elas manifestaram preocupação em identificar e considerar os vários elementos do território e das territorialidades das famílias e comunidades, e um esforço para identificar redes e atores sociais no território como leitura da dinâmica, das vulnerabilidades e potenciais locais.

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I: DESAFIOS IDENTIFICADOS

A partir do desenvolvimento do curso e a partir das discussões desenvolvidas entre as equipes participantes, achamos muito importante discutir sobre os resultados e destacar

os desafios identificados no desenho, implantação e execução do eixo de Vigilância Socioassistencial nas políticas locais. Abaixo, vamos elencar estes desafios identificados, no sentido de colaborar para sua superação e amadurecimento das políticas locais socioassistenciais em contextos interioranos.

A OBSERVADORA INDESEJADA

A frente da Vigilância Socioassistencial é aquela responsável por identificar os problemas, saber onde e como estão sendo ofertados os serviços, e o alcance deles. Isso significa monitorar e acompanhar a qualidade dos serviços socioassistenciais. É a equipe que vai estar ao lado da gestão, entende e tem conhecimento dos recursos disponíveis, sempre analisando sua aplicação no território e o que as pessoas estão fazendo com ele. E uma identificação importante é: este serviço, em contextos de disputa ou manutenção de poder, não é bem-vindo. As gestões não querem avaliação negativa, onde os indicadores das suas ações precisam ser apresentados publicamente sempre como grandes feitos. Nisto, verificamos nossa gestão pública ainda sem uma democracia madura, sem ferramentas sociais fortes para lidar com os problemas e tomar atitudes. As gestões tendem a individualizar as falhas e erros, sem analisar as ferramentas e o sistema. Neste contexto, o eixo de Vigilância Socioassistencial tem o papel de revelar.

O HISTÓRICO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO MOEDA POLÍTICA / PRIMEIRO-DAMISMO

Historicamente, no Brasil, as ações de assistência social foram vinculadas a ações vistas como benevolência ou caridades de pessoas e grupos políticos. A exigência normativa da democratização do país e das políticas públicas tem um caminho recente do ponto de vista histórico, sobretudo a partir da constituição de 88. No entanto, na maioria dos territórios interioranos do país a estrutura de poder se esforça para se manter a mesma. Os donos

locais de poder mantêm sua hegemonia, tratam as políticas públicas como favor ou caridade e, sobretudo como moeda de troca política. Esta realidade é incompatível com ferramentas de leitura, avaliação e controle social, como é o caso do Eixo de Vigilância Social. Não seria por acaso se observássemos que no conjunto das frentes de trabalho nas políticas de assistência social é a menos presente nos territórios interioranos. A presença do primeiro-damismo - herança conservadora e persistente na assistência social - foi um elemento que tornou mais complexas as nossas reflexões. Duas posturas das primeiras damas fizeram-se presentes: aquelas que adotavam um discurso caritativo, clientelista e paternalista; e as gestoras mais jovens que se empenharam em qualificar a equipe e embasar as ações no sentido de melhorar a tomada de decisão. Esta segunda postura, contrária à tendência conservadora da posição de primeira-dama, revelando uma postura mais empoderada e com forma política própria.

A EQUIPE REDUZIDA E ROTATIVA

Também como um sintoma da perspectiva da assistência social como ferramenta para a manutenção poder local - no sentido do coronelismo arraigado - as equipes da assistência social são frequentemente compostas por pessoas em cargos da gestão (cargos indicados), e não por equipes de servidoras públicas efetivas. Isto dificulta o desenvolvimento de uma política contínua e transparente e dificulta assim a implantação efetiva do eixo de Vigilância Socioassistencial, tanto pela falta de continuidade como pela necessidade de atender às orientações político-eleitorais da gestão a qual está submetida pela sua natureza de cargo de 'confiança'. Foi observado que nos municípios com maior número de profissionais concursados, a Vigilância se estrutura com menor fragilidade.

A TERRITORIALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

Um dos principais desafios da Vigilância está em como pensar o território desde uma perspectiva socioassistencial, incorporando a territorialização das políticas públicas, como é solicitado claramente nas normas da política. Soma-se a este desafio a perspectiva das escalas de gestão, tomando em conta o lugar do ente público (Municípios, Estado e Região). Se em escalas supralocais (União e Estados) o georreferenciamento é mais comumente

utilizado para análise socioterritorial, no caso dos municípios, é necessário acrescentar recursos que permitam compreender como esses dados se inscrevem no cotidiano das famílias, nas condicionantes que o território tem sobre a vida das pessoas, da família e da comunidade, sua cultura, seus significados. Isto requer um esforço das equipes da Vigilância na compreensão de que os problemas sociais que as pessoas trazem tem relação com a dinâmica de um espaço socialmente produzido, onde se (sobre)põem histórias, culturas, identidades, relações de poder (político, econômico e social), os quais apontam limites e oportunidades para o desenho e oferta dos serviços sociais.

A DIFICULDADE EM INCORPORAR O CONHECIMENTO LOCAL SOBRE SEU TERRITÓRIO

Uma importante identificação dos desafios para o eixo de Vigilância é a falta de capacidade que a política de assistência social tem de incorporar o conhecimento das pessoas e comunidades sobre seu território no processo de análise dos problemas, desenho da intervenção e tomada de decisão sobre os rumos desta política social. Quando a gente olha as oportunidades e as fraquezas apontadas por estas pessoas, o que elas já experienciaram, superaram, também colocamos estas pessoas e as famílias num lugar de ação no território. Respeitando assim o conhecimento acumulado que ele traz e a experiência que ele tem, estamos os considerando como sujeitos sociais e cidadãos.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A EQUIPE NECESSÁRIA PARA O TRABALHO SOCIAL NO ÂMBITO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

As equipes técnicas municipais sobretudo que atuam na Vigilância são em sua maioria integradas por Assistentes Sociais de formação. Isso nos leva a pensar no currículo de formação destes profissionais. Quanto a formação atual consegue incorporar instrumentos necessários para a gestão social a partir de uma leitura adequada, articulada e complexa do território? Para um alcance necessário das leituras e monitoramentos de competência deste eixo, é de extrema importância a ampliação das áreas disciplinares que compõem a sua equipe.

A Vigilância precisa de profissionais com formações amplas e multidisciplinares, generalista e com capacidade de leituras complexas. A equipe do eixo de Vigilância tem ainda a necessidade de fazer integração entre conhecimentos e pastas, alinhar e fazer costuras, e não é qualquer pessoa que se interessa por seguir este perfil.

A NECESSIDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ASSESSORIA CONTÍNUA FRENTE OS DESAFIOS IDENTIFICADOS

O apoio de universidades e órgãos públicos na construção de um trabalho territorializado, integrado e articulado entre as políticas públicas é necessário. As ações da Vigilância Socioassistencial, no território onde se deu o projeto de capacitação, não conseguem ainda desenvolver procedimentos e leituras capazes de incluir questões qualitativas do cotidiano e vivências das pessoas e famílias. Existem ainda, fronteiras de atuação que precisam ser definidas, pois diante da complexidade dos problemas sociais, a Vigilância Socioassistencial precisa ser um campo interdisciplinar, e que necessita de abordagens não especializadas ou restritas a uma área de conhecimento, para alcançar todos os aspectos dos problemas existentes, e ainda identificar as potencialidades e especificidades das famílias e comunidades. No entanto, requer também a presença de especialistas em sua equipe, no sentido de ter conhecimento aprofundado na forma de aplicar o conjunto de recursos da PNAS para o resultado necessário. Com a incorporação destes aspectos generalistas na leitura do problema, e especialistas na aplicação de soluções, há um fortalecimento da política social em si mesma. O estabelecimento de redes de diálogo e trocas entre equipes, integrando uma rede de colaboração, e a aproximação de Universidades e de pessoas de áreas de conhecimento ligadas a questões de território e territorialidades são fundamentais para o desenvolvimento e a consolidação do conjunto das tecnologias sociais desses municípios de pequeno e médio porte. As tecnologias sociais, neste caso, são entendidas aqui como o conjunto de métodos e técnicas capazes de produzir melhorias na condição de vida das pessoas, desde um trabalho integrado com a comunidade local que se apropria deste conjunto para gerar soluções para os problemas cotidianos identificados.

O LUGAR DA PESQUISA QUALITATIVA E PARTICIPATIVA PARA AS LEITURAS SOCIOTERRITORIAIS

Como resultado da troca de conhecimentos, o curso também serviu para pensar em que medida o Eixo de Vigilância Socioassistencial, responsável pela gestão do conhecimento e do sistema de informação do SUAS e seu território, conseguem dar conta de analisar qualitativamente a assistência social, de como ela vem sendo estruturada – fundada nas análises quantitativas relacionadas ao território, suas demandas e seus serviços. O questionamento é como a dimensão qualitativa da Vigilância pode deixar de ser negligenciada. A experiência do curso nos levanta o claro entendimento de que as análises socioterritoriais precisam necessariamente passar por processos participativos de leitura do território. Somente leituras participativas e considerando os saberes locais permitem identificar as forças, os problemas reais e prioritários das pessoas e famílias, a dimensão da vida cotidiana e da unidade familiar como parte do território. Sem a participação popular e comunitária, o eixo não vai ser suficiente, não vai dar conta da realidade.

O LUGAR DA DIMENSÃO DO COTIDIANO DA FAMÍLIA E DAS PESSOAS

Outra identificação importante, que deriva do problema anterior, é que os processos atuais são descompassados no que diz respeito a como medimos os serviços socioassistenciais e a unidade de medida, que nos é principal – a unidade familiar – que é, o mesmo tempo, o foco e o indicador do trabalho do eixo. O trabalho social é com famílias e pessoas e é esta a dimensão que precisa ser incorporada, desde a leitura do território passando pelo desenho da intervenção e do trabalho social e, finalizando com a avaliação da política pública. Sem este aspecto perdemos uma dimensão que é fundamental que tem a ver com o vínculo familiar e a comunidade. A escala da família mostra como se dão estes vínculos, o que permite o enfrentamento do problema e a superação de dificuldades. O acúmulo de experiências de vida do e no território vai ensinar caminhos para superar os problemas e indicar soluções possíveis a partir disso. E soluções possíveis são um dos principais desafios da política de assistência social nos territórios interioranos, porque as carências são predominantes (de recursos, de profissionais, a desinformação, meios, rede socioassistencial). Se a gestão pública incorporar estes desafios, o desenho da política pública fica melhor, frente às limitações

constantes que se apresentam. A tomada de decisão não é "quanto" e "o que", mas "como fazer", "porque fazer" e "fazer pra quem". Estas perguntas não são claramente respondidas, na atualidade, e precisam passar a ser a prioridade. As respostas são, com maior frequência, intuitivas e isso faz com que dependa muito mais do perfil do gestor, do que das orientações da política de assistência social.

PRECISAMOS INCORPORAR O CONHECIMENTO POPULAR SOBRE O SEU TERRITÓRIO

E como constatação principal, derivada das anteriores, precisamos ampliar ao máximo a capacidade que nossa política de assistência social tem de incorporar o conhecimento popular, das pessoas sobre o território. Quando a gente olha as oportunidades e as fraquezas, o que elas superam e como, e dizemos que isso é bom, que é importante, também colocamos estas pessoas e famílias num lugar de ação no território, respeitando o conhecimento acumulado e a experiência que elas têm. Então assim a gente estará finalmente considerando-os como sujeitos e sujeitas, cidadãos e cidadãs, e não 'usuários' do serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência vem somar na discussão sobre a importância das políticas públicas socioassistenciais no contexto brasileiro, e pondera suas especificidades, potencialidades e fragilidades em contextos interioranos. A partir da indicação clara da Política Nacional, da exigência da territorialização das ações no contexto do SUAS nas localidades, queremos também evidenciar a partir do relato da necessidade de uma equipe de profissionais multidisciplinar para a leitura do território e ao mesmo tempo a necessidade de uma formação de base, para as profissionais que atuam nas políticas socioassistenciais, que possa incorporar as ferramentas de leitura territorial e das realidades das famílias para além dos dados quantitativos oficiais. Além disso, enfatizamos a necessidade de incorporar nas leituras territoriais para políticas públicas, os elementos territoriais como potencialidades para

superação das vulnerabilidades e na melhoria da vida, e a rede de atores sociais do território no sentido de identificar pontos de potência e ancoragem da melhoria da vida das famílias e do ambiente, e das formas regenerativas de atividades econômicas e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amélia Faller (Orgs.) **Família, redes, laços e políticas públicas**. 6ª ed., São Paulo: PUC SP: CEDEP: Cortez Editora, 2015.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Brasília, DF, 1993.

_____. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Norma Operacional Básica (NOB-SUAS)**. Brasília, DF: MDS/SNAS/SUAS, dez. 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilella; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1997.

MESTRINER, Maria Luiza. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". **Revista Temporalis** - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 7ª edição, 2011.

SARTI, Cynthia. Famílias enredadas. ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amélia Faller (Orgs.) **Família, redes, laços e políticas públicas**. 6ª ed., São Paulo: PUC SP: CEDEP: Cortez Editora, 2015.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. O modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS, Unesco, 2009

YASBEK, Maria Carmelita. Fome Zero: uma política social em questão. **Saúde e sociedade** v. 12, jan.-jun. 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.